

## PARA VER OS RIOS COMO A GENTE: MAPAS ANTIGOS E A CONTRIBUIÇÃO QUE A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA PODE OFERECER PARA OS DIREITOS DA NATUREZA

*To see rivers as we do: old maps and the contribution that the History of Cartography can offer to the Rights of Nature*

*Ver los ríos como nosotros los vemos: mapas antiguos y la contribución que la Historia de la Cartografía puede ofrecer a los Derechos de la Naturaleza*

Denise Aparecida Soares de Moura <sup>1</sup>

Submetido em: 16 mai. 2026

Aceito em: 06 set. 2026

**Resumo:** A cartografia histórica crítica da abordagem do mapa como mero artefato técnico tem contribuído para dar visibilidade a processos de mapeamento e concepções de espaço não estatais e não mercadológicos. A cartografia histórica e os mapas antigos ainda não são metodologia e fonte que ocupam lugar de relevo na pesquisa sobre os Direitos da Natureza tal como ocorre com a cartografia participativa. Este artigo tem o propósito de demonstrar que mapas históricos abordados em interdependência com outras fontes trazem informações de relevo que, submetidas à crítica histórica, contribuem para mudar o modo de ver os seres não humanos, tal como os rios. A metodologia do trabalho envolveu levantamento e análise de informações como toponímia, hidrônimos e escritos de um mapa de 1783 e estas foram aprofundadas por uma fonte textual: um Diário de navegação dos rios Madeira-Mamoré. Um dos resultados principais foi verificar que a região onde está situado hoje o rio Laje Komi-Memen, cujos direitos foram reconhecidos em 2023, era entendida pelos povos de suas margens e agentes estatais que a descreveram e desenharam em mapa como uma sequência de cachoeiras, ilhas e igarapés. Este dado pode indicar que no movimento dos Direitos da Natureza os componentes bióticos e abióticos de um ecossistema, tal como os rios, não devam ser entendidos e defendidos isoladamente, mas ecossistemicamente, o que possibilita alcançar os seus valores intrínsecos.

**Palavras-chave:** Mapas históricos; cartografia histórica; direitos da natureza.

**Abstract:** A critical historical cartography that challenges the view of maps as mere technical artifacts has contributed to giving visibility to non-state and non-market-driven mapping processes and conceptions of space. Historical cartography and old maps are not yet a methodology and source that occupy a prominent place in research on the Rights of Nature, as is the case with participatory cartography. This article aims to demonstrate that historical maps, when approached in interdependence with other sources, provide relevant information

<sup>1</sup> Professora livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: [denise.moura@unesp.br](mailto:denise.moura@unesp.br).

that, when subjected to historical critique, contributes to changing the way we view non-human beings, such as rivers. The methodology involved the collection and analysis of information such as toponymy, hydronyms, and writings from a 1783 map, and these were further explored using a textual source: a navigation diary of the Madeira-Mamoré rivers. One of the main findings was that the region where the Laje Komi-Memen River is currently located, whose rights were recognized in 2023, was understood by the people living along its banks and by state agents who described and mapped it as a sequence of waterfalls, islands, and streams. This data may indicate that in the Rights of Nature movement, the biotic and abiotic components of an ecosystem, such as rivers, should not be understood and defended in isolation, but rather ecosystemically, which makes it possible to achieve their intrinsic values. **Keywords:** historical maps; historical cartography; Nature Rights.

**Resumen:** Una cartografía histórica crítica, que cuestiona la concepción de los mapas como meros artefactos técnicos, ha contribuido a visibilizar procesos de cartografía y concepciones del espacio ajenos a las lógicas del Estado y del mercado. Sin embargo, la cartografía histórica y los mapas antiguos aún no ocupan un lugar destacado como metodología y fuente de investigación en los estudios sobre los Derechos de la Naturaleza, a diferencia de la cartografía participativa. Este artículo tiene como objetivo demostrar que los mapas históricos, cuando se analizan de manera articulada con otras fuentes, proporcionan información relevante que, sometida a la crítica histórica, contribuye a transformar la forma en que comprendemos a los seres no humanos, como los ríos. La metodología consistió en la recopilación y el análisis de elementos como la toponimia, los hidrónimos y las inscripciones presentes en un mapa de 1783, complementados con el estudio de una fuente textual: un diario de navegación de los ríos Madeira y Mamoré. Uno de los principales hallazgos fue que la región donde actualmente se encuentra el río Laje Komi-Memen, cuyos derechos fueron reconocidos en 2023, era comprendida tanto por las poblaciones ribereñas como por los agentes estatales que la describieron y cartografiaron como una sucesión de cascadas, islas y arroyos. Estos resultados sugieren que, en el movimiento por los Derechos de la Naturaleza, los componentes bióticos y abióticos de un ecosistema, como los ríos, no deben ser entendidos ni protegidos de forma aislada, sino desde una perspectiva ecosistémica, que permita reconocer y salvaguardar sus valores intrínsecos.

**Palabras clave:** mapas históricos; cartografía histórica; derechos de la naturaleza.

## 1.INTRODUÇÃO

Os Direitos da Natureza têm suscitado debates e mobilizado esforços de pesquisadores, ativistas e comunidades situadas em várias partes do globo para a sua definição, desenvolvimento e execução. Das discussões teóricas que apontam para a necessidade de viradas epistemológicas disruptivas das concepções

antropocêntricas, iluministas e da modernidade<sup>2</sup>, às que formulam novos conceitos<sup>3</sup> apoiados nas cosmovisões dos povos e que propõem relações holísticas entre os seres humanos e não humanos, os Direitos da Natureza vêm progressivamente se materializando em ações constitucionais, jurídicas, culturais e comunitárias. Em 2023, por exemplo, o rio Laje Komi-Memen, situado na cidade de Guajará-Mirim, no noroeste de Rondônia, afluente da margem direita do rio Mamoré e com foz no rio Madeira, foi o primeiro a ser reconhecido como sujeito de direitos por Lei Municipal<sup>4</sup>. Em 2008 a constituição do Equador incluiu em seu texto os Direitos da Natureza ou Pacha Mama<sup>5</sup>.

Mas ainda há muito a ser feito para derrubar percepções utilitárias e valorações instrumentais em relação à Natureza arraigadas desde o dito Renascimento europeu e que ganharam força com as colonizações ultramarinas da Época Moderna. Tais percepções e valorações ainda fazem ruído na própria legislação que se pretende renovadora se na ética biocêntrica nos termos do premiado biólogo Eduardo Gudynas uma das propostas é a de que os valores intrínsecos da natureza devam prevalecer sobre os utilitários na formulação dos Direitos da Natureza, os textos das leis ainda trazem uma entonação antropocêntrica. A consideração que abre o texto da recente lei do rio Laje, justificando os seus direitos, por exemplo, é a de que este “é a principal fonte de segurança alimentar dos povos indígenas que vivem na Terra Indígena Igarapé Laje”. Este é um dado inegável e de incontornável importância, considerando o princípio de que toda a humanidade é interdependente da natureza. Na cosmovisão

<sup>2</sup> QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, 2005, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf); MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2010.

<sup>3</sup> GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo, Elefante, 2009; COHEN, Joshua B. et al. “Riverkin: seizing the moment to remake vital relations in the United Kingdom and beyond”. **People & Nature**, 5, 2023, 1877-1892. Disponível em: <https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/pan3.10534>; SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, nov. 2009, p. 71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=html&lang=pt>

<sup>4</sup> ESTADO DE RONDÔNIA - Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, Lei nº. 2.579/2023. Disponível em [https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/2743/lei\\_2579.pdf](https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/2743/lei_2579.pdf)

<sup>5</sup> GUDYNAS, p. 90-91.

dos povos indígenas, entretanto, segurança alimentar e espiritual caminham juntas, como tem mostrado as mulheres das margens do rio Watu (rio Doce), alvo de uma tragédia ambiental provocada pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco (Vale-BHP), em Fundão/MG.

Neste mesmo texto da lei somente em segundo lugar a relação deste rio com outros seres não humanos é estendida: “é igualmente fonte de segurança hídrica e alimentar de outros seres da natureza e comunidades humanas por sua condição de interdependência a estes seres inter-relacionados por todo seu curso”. Alcançar o balanço ideal da relação entre os seres certamente será um dos desafios da escrita jurídica do futuro, pois todo texto, como toda imagem, é tanto produto como produtores de realidade, concepções, entendimentos, atitudes e relações.

Se há muito a ser feito em termos teóricos e conceituais pelos pesquisadores, em colaboração com a sociedade civil e não acadêmica para vencer barreiras estruturais que dificultam a defesa e preservação dos biomas do Brasil, em termos metodológicos ocorre o mesmo e é este aspecto que este artigo pretende abordar. Ainda de modo exploratório e esquelético, como parte de um projeto mais amplo em processo de implantação, este texto considera que fontes históricas, como os mapas antigos, podem contribuir para fundamentar as discussões sobre os Direitos da Natureza. Imagens cartográficas são atraentes pela sua condição de desenho, por exibirem paisagens e lugares que tocam na memória coletiva ou individual, despertam curiosidade por aspectos de sua morfologia, toponímia, hidronímia e são uma janela para a visualização de diversos fenômenos sociais no passado, que terminam por aclarar ou chamar atenção para outras questões no presente.

A cartografia histórica e os mapas antigos ainda não são metodologia e fonte que ocupam lugar de relevo na pesquisa e no desenvolvimento de projetos sobre Direitos da Natureza. Algumas reflexões neste sentido têm surgido em relação à História Ambiental.<sup>6</sup> Esta, inclusive, por enfatizar as relações entre sociedade e

<sup>6</sup> GALLERO, María Cecilia. “Aportes de la cartografía histórica para una historia ambiental en Misiones, Argentina (1880-1980)”. **História: Debates e Tendências** 16, n.º 1 (2016), p. 113-134, Disponível em <https://ojs.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6261/3766>; GOMES, Inês, y FREIRE, Dulce. “História e Ciências da conservação: caminhos que se cruzam para um futuro sustentável”. **HALAC - História Ambiental Latinoamericana y Caribeña** 13, n.º 1, 2023, p. 246-261. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i1.p246-261>; DRUMMOND, José Augusto. “Caminhos para a história ambiental - Ensaio sobre abordagens e fontes”.

natureza, pode ser uma aliada metodológica para calibrar o conceito de “valores intrínsecos” da natureza na ética biocêntrica proposta por Gudynas ou ecocêntrica<sup>7</sup>. No Simpósio de 2022 organizado pela Sociedade Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental (SOLCHA), realizado no Equador, uma de suas seções foi sobre “Cartografía y Fotografía como fuentes de la historia ambiental” que fizeram uso de imagens históricas, sem negligenciar as textuais, para “examinar las transformaciones de la capa vegetal, el paisaje urbano y no urbano, la agencia humana e no humana sobre la naturaleza”<sup>8</sup>.

Ao contrário da cartografia histórica, a cartografia participativa é uma metodologia que encontra ampla prática e aceitação em projetos cujos tópicos coincidem com os dos Direitos da Natureza. Esta metodologia, por ter como espinha dorsal a relação estreita com os movimentos sociais contemporâneos para a elaboração coletiva de mapas defensivos de seus territórios, recursos e identidades<sup>9</sup>, possui um sentido de imediato, palpável e visível no “agora” que desencadeia maior engajamento, ao contrário da cartografia histórica que se refere ao passado e a memória espacial através de mapas já prontos, conservados em coleções de arquivos, bibliotecas, fundações e museus, na maioria das vezes mais facilmente acessíveis ao especialista e não às populações em geral, mesmo quando se encontram em formato e ambientes digitais. O passado e a memória são dimensões da experiência humana, entretanto, que impactam diretamente o presente, em todos os seus aspectos, inclusive ambientais ou jurídicos, relativos aos Direitos Humanos ou da Natureza. O não reconhecimento ou não desenvolvimento de Direitos de

---

HALAC - Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña 15, n.º 1, 2025, p. 452-484.  
<https://doi.org/10.32991/2237-2717.2025v15i1.p452-484>

<sup>7</sup> GIFFONI, Johny Fernandes et al. Paradigma dos Direitos da Natureza. In: **Direitos da Natureza: marcos para a construção de uma teoria geral**. São Leopoldo/RS, Casa Leiria, 2020.

<sup>8</sup> CUVI, Nicolás et al. **Contribuciones a la historia ambiental de América Latina**.

**Memorias del X Simposio SOLCHA**. Quito-Ecuador, FLACSO Ecuador, Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental, SOLCHA, 2022, p. 8.

<sup>9</sup> ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. 2022. “Cartografía social en Brasil y en la América Latina: desafíos epistemológicos y metodológicos de mapeos contra hegemónicos de los espacios y territorios.”

**Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**

31 (1): P. 196-210. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v31n1.85221>.

BJORN SLETO, J. B; WAGNER, A and HALE, C. **Radical cartographies: participatory mapmaking from Latin America**. Austin, TX; University of Texas Press, 2020; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus, UEA Edições, 2013, p. 157-173.



populações vulnerabilizadas ou da Natureza é proporcional ao esquecimento das existências e experiências do passado. Por outro lado, tal como os humanos, os não humanos têm história, que lhes dá existência e identidade, como demonstra uma corrente da antropologia: a das coisas<sup>10</sup>.

Assim, este artigo tem o propósito de demonstrar que mapas históricos, quando entendidos e observados para muito além da sua condição de dispositivos de dominação estatal ou de seus conteúdos geográficos e abordados em interdependência com outras fontes textuais, visuais ou tridimensionais trazem informações que podem contribuir para mudar as formas de entendimento dos seres não humanos, tal como os rios. Estas informações, no entanto, devem ser submetidas à crítica histórica, o que significa explicar de acordo com o contexto político, social e econômico de uma determinada época. Este é um passo epistemológico necessário para a revisão dos padrões antro-po-utilitários na relação com a Natureza<sup>11</sup> e para o próprio reconhecimento de seus valores intrínsecos<sup>12</sup> que é umecem o seu reconhecimento como sujeitos de Direitos. Compreender a Natureza em suas manifestações e interrelações passadas contribui para a concretização de princípios caros à atual Teoria Geral dos Direitos da Natureza, que prega o viver em harmonia e em interdependência com a Natureza<sup>13</sup>.

O passo proposto neste artigo, entretanto, ainda é meramente acadêmico e precisa enfrentar o desafio de fazer com que este material chegue até as populações, municiando-as tanto na produção de documentos, na mudança de chaves epistemológicas como na interlocução com o poder público.

A palavra cartografia surgiu apenas no século XIX e foi incorporada pelos Estados europeus à sua já idealizada visão de produção de mapas herdada do renascimento, como uma prática universal, restrita a uma classe certificada e portadora de conhecimentos e habilidades técnicas para produzir imagens com escalas matematicamente calculadas, que traduzissem a realidade topográfica e

---

<sup>10</sup> APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro, EDUFF.

<sup>11</sup> GUDYNAS.

<sup>12</sup> GIFFLONI et al, p. 22; GUDYNAS.

<sup>13</sup> GIFFLONI, p. 24-25.

orientassem geograficamente as pessoas e sua navegabilidade no espaço. Este padrão de entendimento da cartografia e de seus produtos, os mapas, foi resultado da cultura do imperialismo moderno e do recorrente processo histórico do ocidente europeu de reafirmar o caráter racional e civilizado da Europa em relação às civilizações colonizadas ou não ocidentais. Este padrão, entretanto, foi questionado a partir do final dos anos de 1960 por teóricos da geografia anglo-saxã<sup>14</sup> que contribuíram para a ampliação das críticas em relação aos equívocos impostos pelo modelo ideal de cartografia, que entendia o mapa como artefato neutro, autoreferenciado, meramente técnico e espelho da realidade geográfica. A visão idealizada da cartografia como prática restrita à produção de mapas vem perdendo lugar para a ideia de que as pessoas mapeiam<sup>15</sup>, fizeram e fazem mapas de vários tipos e em distintos suportes, inclusive os mentais. Desde o advento destes novos posicionamentos teóricos, o manejo crítico de mapas históricos nascidos em suporte papel por historiadores, geógrafos e arquitetos latino americanos embora ainda focalizem mais recorrentemente sua dimensão de poder e dominação estatal, como demonstram os trabalhos apresentados em um dos principais fóruns da área, o XI Simpósio Iberoamericano de Historia de La Cartografia, ocorrido em abril deste ano em Lata Plata, Argentina, têm dado lugar a outros tipos de abordagem que visibilizam processos de mapeamento e concepções de espaço não estatais e não mercadológicas envolvidas no próprio processo de confecção de um mapa.

A cartografia não é algo neutro ou objetivo, sendo um modo particular e historicamente situado de ver o mundo, carrega propósitos de produção e é resultado de um processo de mapeamento, não se reduzindo ao mapa. Por trazer embutido em seus traçados processos de mapeamento na maioria dos casos não visíveis à olho nu (Sletto, 2012; Edney, 2019) em todos os seus aspectos, como os dos vários atores sociais, seu entendimento e relações com o meio percorrido, o desafio do pesquisador é escavar destes traçados e escritos relacionados a um mapa antigo os modos de observar da época, os significados de topônimos, etnônimos e dos sinais gráficos,

<sup>14</sup> HARLEY, J. B. "The evaluation of early maps: toward a methodology", *Imago Mundi*, v.22, 1968, p.62-74.

<sup>15</sup> EDNEY Matthew H. **Cartography: The Ideal and Its History**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019, p. 26.

outros modos de ver e se relacionar com o mundo. Tal desafio é vencido através da recuperação da relação dialógica do mapa com outros artefatos textuais, pictóricos ou tridimensionais históricos, como narrativas, manuscritos administrativos, outros mapas, objetos<sup>16</sup>. Já na década de 1970 o criador da “escola geográfica de Berkeley”, Carl Ortwin Sauer (1889-1975), também conhecida como Geografia Cultural, usou fontes históricas escritas por exploradores, militares, viajantes, conquistadores, colonos, para descrever “geologia, topografia, clima, solos, fauna, flora, rios”, combinando ainda seus dados com “achados contemporâneos da ciência natural, antropologia, arqueologia, etnologia”<sup>17</sup>. Portanto, mapas não são fontes para serem manuseadas individualmente<sup>18</sup>, pois é na relação com seus complementos informacionais que podem ser observados os seres humanos e não humanos, suas interações, as práticas de grupos vulnerabilizados, suas concepções, experiências, saberes e os processos históricos que levaram à marginalização ou esquecimento deliberado de entendimentos e manejos milenares sobre a Natureza.

Assim, se a cartografia participativa tem potencial para desencadear processos emancipatórios<sup>19</sup>, a cartografia histórica também o tem porque detecta identidades, experiências e entendimentos ancestrais e diagnostica em perspectiva histórica os processos políticos ou econômicos que levaram à degradação dos sujeitos da Natureza.

Na observação dos mapas históricos em perspectiva social, não são buscadas escalas correspondentes às atuais ou correspondências toponímicas ou hidronímicas com as contemporâneas. A natureza não é fixa no tempo e sofre transformações tal como a vida humana, por fatores antrópicos e naturais. Quem buscar o presente

<sup>16</sup> Dym, Jordana, y Lois, Carla. “Bound Images: Maps, Books, and Reading in Material and Digital Contexts”. *Word & Image* 37, n.º 2 (2021): 124-142. <https://doi.org/10.1080/02666286.2020.1801262>; MOURA, Denise A. S “Montando as peças de um quebra-cabeças: dispersão de documentos visuais e informações em arquivos”. *Revista do Arquivo-Arquivo Público do Estado de São Paulo*, VI, 2020, p. 78-89. Disponível em <https://arquivistica.fci.unb.br/au/montando-as-pecas-de-um-quebra-cabecas-dispersao-de-documentos-visuais-e-informacoes-em-arquivos/>; BUENO, B. P. S. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.

<sup>17</sup> Drummond, p. 461.

<sup>18</sup> MOURA, 2020.

<sup>19</sup> SOUZA, D. T. de, VAN TEIJLINGEN, K., BOELEN, R. and RUALES, G. 2025. “Seeing rivers otherwise: Critical cartography as a form of critical pedagogy”. *Geoforum*, 158, pp. 1-12. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/386398634\\_Seeing\\_rivers\\_otherwise\\_Critical\\_cartography\\_as\\_a\\_form\\_of\\_critical\\_pedagogy](https://www.researchgate.net/publication/386398634_Seeing_rivers_otherwise_Critical_cartography_as_a_form_of_critical_pedagogy).



topográfico espelhado em um mapa passado não o encontrará. As Tecnologias de Informação Geográfica e dentro delas os Sistemas de Informação Geográficas (SIG), quando usados na perspectiva social, não o são para perscrutar coincidências espaciais no tempo, mas para fazer a gestão das informações históricas, formar base de dados e criar mapas temáticos que possibilitem a visualização de um problema histórico ou desafio estrutural a ser vencido, como as transformações de um meio ou de uma paisagem<sup>20</sup> provocadas por agendas políticas e econômicas pouco atentas à questão ambiental e humana.

Mapas históricos, como já foi assinalado, são “arquivos espacio-temporais, creados por individuos o instituciones públicas o privadas, académicas o militares, que permiten analizar diferentes aspectos de la ubicación, distribución y otras características espaciales de los fenómenos geográficos del pasado en un área actualmente localizable”<sup>21</sup>. Os motivos que levaram à forma específica deste “arquivo-temporal” é que permitirá interpretar os seus dados com crítica suficiente para identificar o que foi invisibilizado, minimizado ou escolhido para estar na imagem cartográfica.

Assim, em um mapa histórico são observados, levantados, catalogados e analisados conteúdos geográficos e não geográficos e estes são avaliadas de acordo com o contexto, visando identificar processos, intenções, relações de poder, dominação e potenciais agências dos atores sociais envolvidos. Em seguida, estas informações são ampliadas por outros tipos de fontes como dicionários de línguas indígenas, outras imagens, relações escritas coetâneas ao mapa, manuscritos administrativos, etnofotografias. Metodologia semelhante foi aplicada por pesquisadores da História Ambiental<sup>22</sup>.

A fonte principal deste artigo para demonstrar como a cartografia histórica pode contribuir para a ampliação da base de sustentação das discussões sobre Direitos da Natureza, para interferir no próprio entendimento antropocêntrico e utilitário da

<sup>20</sup> MIRAGLIA, Marina. “Análisis de transformaciones ambientales de viñedos en Argentina (siglo XIX) mediante cartografía histórica y sistemas de Información Geográfica”. In **Contribuciones a la historia ambiental de América Latina. Memorias del X Simposio SOLCHA**. Quito-Ecuador, FLACSO Ecuador, Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental, SOLCHA, 2022, p. 299-315.

<sup>21</sup> Idem, p. 303.

<sup>22</sup> Idem.

Natureza que ainda faz ruído na legislação e nas discussões contemporâneas é um mapa da região Norte do Brasil, equivocadamente datado como de 1793, mas provavelmente produzido na década de 1780. Seu autor pode ter sido o sargento-mor engenheiro Ricardo Franco d’Almeida Serra (1748-1809), um dos ajudantes do matemático e astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798). Ambos realizaram uma viagem pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo entre 1780-1790 que rendeu dois diários: uma síntese, de autoria de Lacerda e Almeida, de 1782 publicado em 1841 pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo e uma outra versão ampliada, escrita em 1790 por seu ajudante Almeida Serra e publicada em 1857 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>23</sup>. Em um ofício encaminhando um requerimento de promoção de patente de Almeida Serra ficamos sabendo que ele estivera na capitania do Grão Pará entre 1780-1781 envolvido em “grandes trânsitos (...) configurando os rios e terras (...) ligando este trabalho com os pontos de latitude e longitude, e formando os mapas, que se constituem os muitos ramos desta grande diligência”, o que faz estimar a data de produção do mapa para este período<sup>24</sup>. Este mapa pode ser visto abaixo:

<sup>23</sup> SERRA, Ricardo Franco d’Almeida. “Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até villa Bella. 20 de agosto de 1790”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, TOMO XX, 1857, p. 399-432

<sup>24</sup> OFÍCIO, AHU, Vila Bella, 26 de julho de 1782, caixa 22, nº 1365.



**Figura 1:** Mapa hidrográfico da Bacia Amazônica: abrangendo até o curso dos rios: Mamoré à oeste, Araguaia, à Leste, Negro e Branco, ao norte parte do rio Paraguay, ao sul. Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Escala [ca 1:4: 800.000]; desenho a





nanquim, aquarelado ; 58,5 x 55cm em f. 64,5 x 61cm.

Um dos resultados principais da análise deste mapa combinada à leitura dos registros históricos textuais foi verificar que a região onde se situa o rio Laje Komi-Memen atual, era entendida pelos povos de suas margens e agentes estatais que a percorreram, descreveram em primeira mão e a desenharam de modo ecossistêmico, ou seja, como uma sequência de cachoeiras, ilhas, penedos e igarapés. Neste ambiente fluvial viviam diferentes etnias indígenas homogeneizadas por alguns etnônimos.

Se no projeto de lei 007/2023, de autoria do Vereador Francisco Oro Waran, à certa altura é dito que o rio Laje é interrelacionado a outros seres, sendo “vital para a ecologia integral da região”, na documentação histórica há dados que apontam para este cenário ecossistêmico em um contexto ainda não submetido às degradações antrópicas de maior amplitude oriundas do avanço do capitalismo e da territorialização fluvialização do Estado e de empresas privadas a partir do século XX. Com base nas observações dos povos do passado em seu processo de expansão e produção de conhecimento da fronteira internado do Brasil, pode-se inferir que no movimento dos Direitos da Natureza, em especial em relação aos rios, deve ser priorizado o ecossistema fluvial, ao invés do rio singular, pois este e a Natureza em geral é relacional e tal como um organismo humano, funciona como sistema composto por vários sistemas.

O título deste artigo foi inspirado em um poema de João Cabral de Melo Neto de 1953 chamado O Rio, que através da linguagem poética coloca o rio Capibaribe, no seu curso até à cidade do Recife, como um agente observador de um entorno decadente que lhe desperta sentimentos.

Este texto faz este mesmo esforço epistemológico para o rio Laje Komin-Memen, entendendo-o, entretanto, como um corpo d'água situado no ambiente fluvial mais largo do Madeira e que observava os outros seres fluviais ao seu redor que lhe asseguravam existência. Para desenvolver este argumento este texto foi dividido em três partes. Na primeira, o mapa do “Mar do Norte”, como passará a ser chamado, será situado no contexto do conhecimento geográfico existente e gerado no período

de sua confecção, com recorte específico no ambiente fluvial do rio Laje, o que significa correr todo o rio Madeira até o Mamoré. Esta parte é importante porque valida a pertinência deste mapa histórico como janela para observar a dita ecologia integral do passado de uma região. Na segunda parte será demonstrado como este mapa, juntamente com o Diário de Almeida Serra, que relata a sua viagem pelo Madeira-Mamoré, revelou como um dos corpos d'água menos evidentes nas discussões sobre os direitos da Natureza, as cachoeiras, guiaram a definição do processo de produção de conhecimento e representação visual desta região fluvial. Em terceiro a insularidade fluvial será problematizada como um outro ser que também garante a ecologia integral da região, fosse no aspecto mobilidade humana ou à vida das espécies não humanas.

## **2.CORRER COM OS RIOS PARA DEMARCAR UMA LINHA E DEPENDER DE SERES PARA ALÉM DE HUMANOS**

O “Mapa do mar do norte” foi produzido por um profissional da geografia e da confecção de mapas pois possui escalas e no Diário a narrativa da viagem informa detalhadamente as coordenadas de latitude e longitude da região percorrida. Pelos motivos apontados acima, é mais provável que seu autor tenha sido o ajudante do astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida, sargento-mor engenheiro Ricardo Franco d'Almeida Serra.

Francisco José de Lacerda e Almeida tinha formação em matemática pela Universidade de Coimbra e foi contratado pela rainha D. Maria em 1778 para integrar a comissão encarregada de demarcar os limites do norte do Brasil com a Espanha após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1 de outubro de 1777. Ao fazer várias “observações astronômicas e levantar derrotas” navegou com os rios da região, entendendo e registrando em mapa, como prometeu fazer, sua silhueta, comportamento, direção, funcionamento, habitantes de suas margens.

Mas a missão pode ter sido executada pelo seu ajudante, que produziu um mapa muito rico em informações hidrográficas em uma época na qual nada era conhecido sobre o rio Madeira ou Mamoré. Este mapa posteriormente foi copiado por outro naturalista, Alexandre Rodrigues Ferreira, que realizou uma viagem de caráter



científico-filosófico pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783-1792.

Nos séculos XVIII e XIX o interior da América do sul ainda era um continente desconhecido para o europeu. Neste período, Portugal, Espanha e depois o Império do Brasil e as Repúblicas recém fundadas na América falantes do espanhol envolveram-se em longas controvérsias para definir seus limites territoriais, apoiando-se em mapas produzidos principalmente no século XVIII cujos traçados e informações sobre nomes de rios principais, seus afluentes, lagoas, cachoeiras, igarapés, praias era proveniente das populações locais indígenas ou não indígenas, sendo estas mamelucas e práticas de percorrer e sobreviver no meio natural do interior.

Se no litoral do Brasil, a agro-exportação era em grande medida um motor econômico, o interior ainda era uma incógnita e a geopolítica da definição das fronteiras internas e o processo de fluvialização do Estado foram umas preocupações centrais do então Império colonial português na América, o que significava percorrer o terreno, conhecer e comprovar com escritos, croquis e mapas seus limites internos. Nos tratados políticos estes foram balizados pela Natureza. Assim, tanto era uma necessidade política, como também de sobrevivência para quem percorria o território, conhecer, descrever, catalogar, desenhar, registrar a Natureza em todos os seus componentes bióticos, abióticos e seus comportamentos.

Assim, se os mapas “cartografiavam” o poder que os produziam, também o faziam com o espaço<sup>25</sup>. Mesmo em outros momentos e contextos da história do Brasil, quando a questão estatal e geopolítica não estava em jogo, um historiador como Sérgio Buarque de Holanda mostrou o esforço do colono, motivado pela sobrevivência, em entender o comportamento da Natureza colonial espontaneamente e não por razões de Estado. Isto significa que do lado estatal ou não estatal havia dependência da natureza e de quem a conhecia<sup>26</sup>.

É neste contexto que foi produzido o “Mapa do mar do norte”, que se insere numa sequência histórica de esforços para descrever e conhecer a natureza. Através desta sequência pode ser verificada a evolução deste conhecimento, as mudanças na

<sup>25</sup> Pro Ruiz, citado por GALLERO, p. 122.

<sup>26</sup> HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

toponímia e hidronímia, que indicam o próprio movimento das populações indígenas e não indígenas na região<sup>27</sup>. Neste artigo, entretanto, de caráter mais exploratório está sendo usado apenas este mapa e a versão ampliada do Diário da viagem realizada pelo astrônomo Lacerda e Almeida, escrito pelo seu ajudante Almeida Serra. A viagem percorreu as capitanias do Pará e rio Negro entre 1780-1782.

Ambos mapeadores e profissionais da astronomia, da geografia e da confecção de mapas correram com os rios do Norte em direção ao Mato Grosso e descreveram em muitos aspectos a ecologia integral de uma região, apegando-se no olhar e na observação aos interligamentos dos corpos d'água de diferentes tipos e massas de terra subaérea ao invés de um rio individualmente. Seu objetivo era entender como estes corpos funcionavam e se comportavam para melhor interagir com eles, correr e sobreviver junto. Como assinalou Ailton Krenak para o rio Doce-Watu<sup>28</sup> este é uma pessoa. As pessoas vivem em sociedade, em comunidades e sempre em interligação com coisas e outras pessoas, mesmo que tenham optado pela reclusão social.

A forma como os primeiros relatos de exploradores desenhou e descreveu os ambientes naturais do Brasil pode oferecer novos parâmetros para a reflexão e a formulação dos Direitos da Natureza. Um deles é a necessidade de se pensar e formular políticas para os rios dentro do conceito de ambiente aquífero mais amplo, pois admitir uma condição de ser individual, sem considerar a sua cadeia ecossistêmica pode ser a crônica de uma morte anunciada da própria Natureza. Esta forma de entender impacta diretamente na própria vida política dos municípios de uma região, esfera institucional mais diretamente com a defesa dos Direitos da Natureza, que também teriam de se articular coletivamente para reconhecer direitos de um ecossistema aquático, ao invés de um rio singular.

Não existe rio solo e no diário do astrônomo e do sargento-mor cartógrafo observamos esta lógica que pode ser acompanhada no mapa.

Mapas antigos do Brasil são confundidos com História da formação do Estado

<sup>27</sup> Esta sequência será trabalhada em um futuro artigo, mas pode-se adiantar que teve início em 1723, com a viagem de Francisco de Mello Palheta descendo o rio Madeira, seguida pela missão oficial de reconhecimento do rio Madeira, feita por José Gonçalves da Fonseca, secretário do governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará que inclusive desenhou um mapa em 1747, além de um diário de viagem, seguida ainda da missão científico-natural de Alexandre Rodrigues Ferreira ocorrida entre os anos 1783-1792

<sup>28</sup> KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

no Brasil ou com História da Formação Territorial do Brasil. Para este tipo de confusão a produção histórica brasileira contou com um renomado e prolífico historiador português refugiado da ditadura salazarista e que encontrou na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, uma farta coleção de mapas antigos reunidos justamente a partir do Império pelos embaixadores para comprovar os limites territoriais do Brasil<sup>29</sup>.

Este estereotipo do mapa histórico pode ser uma das explicações para o seu ainda incipiente uso como janela para visualizar outros processos sociais, tanto no meio acadêmico como no não acadêmico. Nos mapas coloniais, produzidos no contexto de expansão das fronteiras internas do Brasil, por missionários ou por exploradores, mapeadores do interior, nas expedições demarcatórias e científicas, há amplo campo de observação da Natureza, pelo simples fato de que a dependência do colonizador europeu, geralmente o responsável, mas não somente ele, por desenhar os mapas, era extraordinária.

Quando o historiador cearense Capistrano de Abreu (1953-1927), no seu livro *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil*<sup>30</sup> mostrou que os caminhos fluviais e terrestres usados pelos colonos europeus para penetrar o interior do Brasil eram indígenas, ele estava apontando o quanto aqueles eram dependentes destes. Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em *Caminhos e Fronteiras* acompanhou o nível de integração e dependência do mameluco com o ecossistema da mata atlântica, que o levou a um senso apurado de observação e manejos da flora e fauna local que definiram a sua identidade e sobrevivência.

Lacerda e Almeida e Almeida Serra não percorreram soberanamente o território do Mar do Norte, mas se apoiaram na população local, fosse indígena como não indígena. Os mapas de fato foram feitos para e por profissionais à serviço do Império ou da Nação<sup>31</sup>, mas em territórios de dimensão continental como os coloniais,

<sup>29</sup> CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministérios das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, 1965. v.I e II.

<sup>30</sup> ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.

<sup>31</sup> LOIS, Carla. **Mapas para la nación: Episodios en la historia de la cartografía argentina**. Buenos Aires, Biblos, 2014; GARAVAGLIA, Juan Carlos, y GAUTREAU, Pierre, eds. **Mensurar la tierra, controlar el territorio: América Latina, siglos XVIII-XIX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

seja na América do Sul ou na África, principalmente quando se trata de penetrar no vasto e labiríntico interior de florestas, montanhas e corpos d'águas, os mapeadores vão onde estão os povos originários ou colonos que se tornaram práticos destes territórios e aprendem com eles a correr rios, florestas e a interagir com todos os seus seres humanos e não humanos.

Este é um dado de extremo relevo para ser considerado que, por mais que os olhos do escritor do Diário ou do desenhador do mapa fossem seletivos de sua cultura, eles também eram indígenas e não indígenas, mamelucos, ribeirinhos e de práticos locais. Em um trecho do diário Almeida Serra denunciou sua dependência da definição dos práticos: “o rio Capaná largo, o deságua na Madeira pelo lado de O, e dizem os praticos que se communica com o rio Puros em 10 dias de viagem”. Assim, um mapa histórico produzido em uma época de extrema dependência dos locais pode dizer bem mais sobre suas percepções do que daqueles que apenas se encorajaram a correr com rios que mal conheciam as direções e temperamento.

### **3.CACHOEIRAS: PALCO DA BIODIVERSIDADE E PULMÃO DOS RIOS**

Apesar de 38 Patrimônios do Mundo incluírem cachoeiras<sup>32</sup>, nas discussões acadêmicas e públicas sobre Direitos da Natureza, estes corpos d'água ainda não são vistos como prioridade, ao contrário de florestas e rios. Esta constatação significa que as valorações atribuídas às cachoeiras ainda são fortemente antropocêntricas e econômicas, relacionadas ao deslumbramento humano e ao turismo. Quando as cachoeiras alcançarem um número de leis semelhantes aos seus títulos de patrimônio mundial, será possível afirmar que avanços ocorreram em relação aos seus direitos e aos da Natureza no seu todo.

O que um mapa do século XVIII possibilita perceber é que o ambiente aquático do rio Laje, na linha fluvial Madeira-Mamoré, foi imediatamente percebido por quem o percorreu como uma sequência de cachoeiras, um total de dezessete (17) e a denominada Laje [Lege] era a de número treze (13).

---

<sup>32</sup> Goudie, Andrew S. “Waterfalls: forms, distribution, processes and rates of recession” **Quaestiones geographicae** 39 (1), 2020, pp. 59-60.





A sequência era a seguinte, conforme listado no mapa e descrito no Diário: 1- Santo Antonio; 2-Salto; 3-Morrinhos; 4-Caldeirão do Inferno; 5-Salto do Girão; 6-Três Irmãos; 7-Paredão; 8- Pedreneira; 9-Araras; 10-Ribeirão; 11-Misericórdia; 12-Madeira; 13-Lage; 14-Páo Grande; 15-Bananeira; 16- Guajará-guassu 17-Guajará-Mirim.



**Figura 2:** Detalhe para a sequência de cachoeiras numeradas e nomeadas, com sinal gráfico de destaque, risco em vermelho.

A proeminência dada a este ser pelo autor do mapa e do Diário, por razões de navegabilidade, é demonstrada pela sinalização de cada uma delas no mapa com um traço vermelho, acompanhado de nome e número. No mapa o leitor, no caso uma autoridade colonial, a quem o mapa foi dirigido, poderia correr o dedo e acompanhar

cada uma delas e assim entender um dos componentes que foi percebido como mais evidente no seu ecossistema, mas também mais responsivo aos objetivos coloniais da época, ou seja, trafegar por uma região.

A força da presença da cachoeira não só na paisagem, mas sobre as próprias percepções do geógrafo e mapeador o fez estruturar a sua escrita do Diário de viagem com um subtítulo “Cachoeiras” (p. 404), que dividiu a descrição da descida do rio Madeira e do Mamoré. Cachoeiras, portanto, balizaram a definição de todo o espaço, conforme disse Almeida Serra com suas palavras: “ocupam as mencionadas 17 cachoeiras um espaço de 70 léguas, as 12 primeiras no rio da Madeira e as cinco últimas no Mamoré (p. 418).

Do ponto de vista dos rios e graças aos estudos de ecólogos e biólogos, sabe-se que as cachoeiras não são meras quedas d’água para deslumbrar os olhos de seus admiradores, refrescar ou, na perspectiva do engenheiro e geógrafo Almeida Serra, obstáculos que lhe fez perder muitas canoas e transpôr o Madeira e o Mamoré à custo de muito esforço físico. Estes seres tecnicamente abióticos são o cenário da biodiversidade, sendo uma de suas principais funções oxigenar os rios, favorecendo a sobrevivência e reprodução de espécies de peixes endêmicas ou não. Mas há muitas outras funções identificadas pelos estudiosos destes seres.

O efeito spray das quedas d’água cria microclimas que refrescam plantas, musgos e anfíbios. Estes fenômenos foram observado e anotado pelo geógrafo ao descrever a cachoeira de nº 2 chamado Salto, dizendo que “a queda das águas n’este lugar forma altíssimos caixões, dividindo-se em partículas tão mínimas, que de longe se vêem evaporar como um debil fumo” (p. 405)

A força da queda d’água quebra matéria orgânica, como folhas e galhos, proporcionando alimento para algumas espécies de peixes, mas também fertilização das margens dos rios sob seu impacto, mesmo quando distanciadas em quilômetros. A fertilidade das terras nas margens do rio Madeira e seus tributários, da nascente à foz, foi um dos aspectos observados e descritos por Almeida Serra em seu diário.

Entre uma cachoeira e outra vencida à custa de sacrifícios e classificando a região como um “abundantíssimo sertão”, o geógrafo mapeador mencionava os cocos, baunilhas, “não só nas margens do rio Madeira, mas em todos os outros rios

laterais que n'ele desaguam". Alguns nomes de cachoeiras faziam alusão direta aos alimentos, como a Bananeira, de nº 15, portanto, logo após a de Laje. Ainda nas palavras de Almeida Serra, portugueses haviam feito "abundantes culturas e colheitas" (p. 416) no Madeira mas os indígenas Mura os havia expulsado. As poucas informações existentes no Diário sobre estes indígenas sugerem que tinham hegemonia na região, pois havia uma "ilha dos Mura" (p. 401), bem como uma praia (p. 401). Há farta literatura no campo da etnologia histórica sobre estes povos, tidos como navegadores<sup>33</sup>. Foge ao objetivo deste artigo, entretanto, entrar nesta discussão neste momento, considerada, entretanto, para o futuro, pois sabe-se que qualquer discussão sobre os Direitos da Natureza passa incontornavelmente pela cosmovisão dos povos indígenas.

Se o ambiente do rio Laje atualmente não reconhecido associado às cachoeiras pode indicar sua possível morte ao longo do tempo e com a intensificação do avanço da ação predatória do capitalismo e dos grupos econômicos estatais e não estatais sobre a região.

Pelo menos quatro principais atividades provocam "cachoeirocídio". Uma delas e que mais tem avançado no Brasil é a mineração, que ao achatar o lençol freático da área minerada pode secar uma cachoeira. A agricultura comercial e exploratória de larga escala ao desviar o curso de um rio pode interferir em seu volume e provocar a morte da queda d'água. Quando matas são derrubadas, aumenta a possibilidade de erosão das margens de rios e a terra desliza para o seu fundo, em um fenômeno chamado assoreamento, preenchendo assim o poço de um rio. Por fim, hidrelétricas e barragens são esponja de cachoeiras, através de suas turbinas e barragens artificiais<sup>34</sup>. Onde estão as cachoeiras visualizadas pelos astrônomos e geográficos do século XVIII que passaram pelo hoje conhecido Rio Laje, ao descerem o Madeira e o Mamoré?

<sup>33</sup> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura>

<sup>34</sup> SERGESTEIN, Joel et al. "Silenced rapids and waterfalls: habitat loss and management of Bypassed reaches in the regulated rivers of Sweden". **Water Resources Research**. 62, 2026 Disponível em <https://doi.org/10.1029/2025WR040752>

#### **4. PARA VER A INSULARIDADE DOS RIOS NOS MAPAS HISTÓRICOS**

Os primeiros mapas e Diários de viagem através dos rios do Norte do Brasil tanto quanto documentos oficiais que comprovassem a soberania portuguesa sobre terras limítrofes com aquelas ocupadas pela Espanha ou que outras nações européias cobiçavam direitos de navegação, foram um esforço de conhecer, registrar e ensinar outros a percorrerem estes mesmos rios.

Componentes de um ecossistema que podem passar despercebido para um observador contemporâneo não local, no passado colonial eram atentamente observados e descritos. O olhar geográfico do passado pela necessidade do detalhe torna-se um aliado estratégico para os Direitos da Natureza. Entretanto, tal como as cachoeiras, as ilhas fluviais também não têm sido prioridade nos debates e ações sobre os Direitos da Natureza. A insularidade dos rios do Norte, entretanto, saltam aos olhos no mapa e no Diário de Almeida Serra. No mapa do Mar do Norte esta insularidade aparece de várias formas: graficamente, como pontos vazados nas linhas cheias que representam os rios, na forma de topônimos ou no desenho do encontro de rios.

Como topônimos, a seleção no mapa, logo, abaixo, demonstra a sequência: Ilha de Mandiuba, Ilha Carapaná, Ilha de João Jose, Ilha e Lago das Araras:





**Figura 3:** Topônimos e sinas gráficos de ilhas como pontos vazados em linhas de rios.

Pela análise dos topônimos com o auxílio de dicionário da língua tupi<sup>35</sup> percebe-se que os nomes próprios das ilhas eram evocativos principalmente de plantas, raízes e frutos.<sup>36</sup> Os nomes podiam advir de artefatos rituais e de guerra, como era o caso para Maracá, Batuque ou Flecha. Os nomes poderiam também advir de pássaros - Sahima ou Pagões -, Peixes - Pirajauará= Pirauará - piraja-repleto de peixe; uara = nome de peixe - ou animais - Guariba<sup>37</sup>. Todos estes nomes e muitos outros podem ser acompanhados no Diário e alguns deles são estampados no mapa, como a “ilha

<sup>35</sup> NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo. Língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo, Global, 2013.

<sup>36</sup> Piripimaca = Piri (espécie de Junco, planta ciperácea, dos pântanos e alagadiços); Mandiuba - mandioca; Marmelos, Genipapo. Nomes extraídos do Diário.

<sup>37</sup> nome de muitos símios da família dos cebídeos, de cor escura, com barba na maxila interior e com grito característico. São herívoros e se alimentam de folhas e frutas, vivendo em grupo de mais de 12 indivíduos, comandados pelo capelão, o macho mais velho do bando.



e lago das Araras”, visualizável acima. Dados como estes apontam para as condições de berçário da biodiversidade ou celeiro de alimentos das ilhas fluviais.

O lugar e a importância destas formações geográficas na geologia, na biologia e na cultura mereceu um livro no qual seu autor escreveu sobre os motivos de sua veneração na história: “as ilhas são cadinhos e berços, as pontes e ligações da Terra. Da lendária Atlântida ao poderoso Japão, da Creta minoica à moderna Manhattan, de Taiwan ao Taiti, as ilhas fascinaram e fortaleceram, inspiraram e enriqueceram, encantaram e salvaram (...) as ilhas figuram entre os principais locais de origem de plantas, animais e homínídeos do planeta (...) ilhas balizam a própria experiência humana”<sup>38</sup> (Fischer, 2014, p. 2).

Todas estas características e qualificações podem ser observadas no desenho e nas letras de Almeida Serra. As ilhas balizam o espaço fluvial. A ilha de Maracá, cujo topônimo remete para um instrumento ritual, foi uma das primeiras balizas na experiência do mapeador de entender como se movimentar no ambiente fluvial do Madeira-Mamoré. Maracá é um instrumento chocalhante usado em solenidades religiosas ou guerreiras, o que sugere que esta ilha era um lugar ritualístico na cosmovisão desses povos.

O Furo Tupinambaranas ou Abacaxis também foi um outro balizador. Furos são canais e juntamente com as ilhas sugerem distribuir ou organizar o curso de um rio. Ao iniciar o Diário Almeida Serra escreveu: “No dia 10 de manhã saímos da foz do Madeira, navegando este rio acima com rumo a sudoeste, e no dia 12 pela boca do rio ou furo Tupinambaranas, três legoas acima da **Tapera Abacaxis** e 14 da referida boca do Madeira e 14, cuja boca está na margem oriental do rio, defronte da ilha Maracá. O furo Tupinambaranas corre a Este, formando com os rios Madeira e Amazonas uma grande **ilha** de 50 legoas de comprimento e 20 de largo; este furo ou braço recebe as águas dos rios Ganamá, Abacaxis, Maguê-guassú e merin e Tupinambaranas, rios de mediana grandeza habitados por nações do mesmo” (p. 397). Estas duas formações geográficas podem ser vistas no destaque feito no Mapa do mar do Norte abaixo:

<sup>38</sup> FISCHER, Steven Roger. **Ilhas: de Atlântida a Zanzibar**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.



**Figura 4:** detalhe para a ilha fluvial Furo Tupinambaranas ou Abacaxis

A Ilha Tupinambarana é um conjunto de quatro ilhas, separada por quatro canais naturais ou furos, vista no mapa antigo como uma única ilha. As quatro ilhas juntas têm uma área total de 11.850 quilômetros quadrados e é o maior conjunto de ilhas fluviais do mundo. Na língua tupi Tupinambarana significa “falso tupinambá” (p. 427), um termo que certamente se refere a povos que habitam o lugar, mas que ainda carece de maiores esclarecimentos sobre sua origem.

A insularidade fluvial do ambiente aquático do Madeira-Mamoré funcionava como chave conectora desta linha hídrica, acolchetando ainda praias: “Do Uatas no dia 16 navegámos a Sul por 7 legoas, havendo n’este intervallo grandes ilhas e praias; a primeira ilha é a da Mandiuba<sup>39</sup> [...] uma legoa acima d’ella estão duas paralelas, chamadas de Carapanatuba, adiante das quaes, em igual distancia, está a ilha do Jacaré, entrando defronte do meio d ‘esta ilhas as aguas do lago Ararary (...) duas legoas acima da ilha do Jacaré estão as duas de José João, (...) seis léguas acima das ilhas de José João, está a boca do lago Matamacá (...) permoitaram dia 19 na ponta de uma ilha, a qual esta a foz do rio Aripuaná, com 19 leguas de caminho contadas de Uautas” (p. 399).

<sup>39</sup> Mandiba, mandiba, mandiva - variação de mandioca

É comprovado por pesquisas no campo da biologia e da ecologia que as ilhas fluviais são berços de biodiversidade<sup>40</sup>. A muralha de água pode servir como nicho de proteção de aves em relação a predadores. Uma das cadeias de ilhas descritas por Almeida Serra é um exemplo neste sentido o que evidencia que os registros do passado são mananciais de informações para ecólogos e biólogos. Na descida do rio Madeira ele se deparou e escreveu sobre a ilha dos Pagões<sup>41</sup> ou Sarahima<sup>42</sup>, uma legoa acima d' ella está e ilha Periquitos, de quase legoa de comprido” (p. 401)

Em termos culturais, as ilhas são um símbolo de salvação e salvaguarda para os que navegam oceanos ou rios largos pois no seguimento de sua viagem Almeida Serra mostrou que à certa altura foram costeando a “ilha dos Mura” em que “ha suas praias, e na extremidade de Sul grandes correntezas” (p. 401). E ao margear uma cachoeira assinalou ter sido fácil, pois foi costeando uma ilha. Ao final de sua viagem fluvial foi pousar em uma ilha do Mamoré, dizendo ainda com suas próprias palavras que assim dava “fim a enfadonha e molesta fadiga de passar as mencionadas cachoeiras”, dentre elas a Lage, que hoje pode ser o rio acalmado em suas quedas, já sujeito de direitos, mas aguardando que as cachoeiras e ilhas a ele interligadas também venham a alcançar o mesmo status jurídico.

## 5.CONCLUSÃO

Através da abordagem social de mapas históricos, lendo-os como imagens ligadas a textos e não como artefatos técnicos autoreferenciados e meros dispositivos de poder estatal, este artigo procurou demonstrar de maneira esquelética e exploratória como imagens cartográficas do passado trazem informações sobre os corpos d'água, contribuindo assim para a reflexão sobre os Direitos da Natureza. Para tanto foi analisado um mapa produzido no século XVIII, entre 1781-1782. Atualmente este mapa encontra-se conservado em suporte físico na Biblioteca Nacional do Rio

---

<sup>40</sup> Áreas Alagáveis favorecem diversidade de aves na Amazônia. Revista Pesquisa FAPESP, nº 320, outubro 2022. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/areas-alagaveis-favorecem-diversidade-de-aves-na-amazonia/>, acesso em 15 de maio de 2026.

<sup>41</sup> pássaro-preto, sofre de extinção local.

<sup>42</sup> provável Siriema.

de Janeiro. Seu autor pode ter sido o sargento-mor engenheiro chamado Ricardo Franco d'Almeida Serra, que juntamente com o astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida foram encarregados pelo Estado português da missão de realizar os trabalhos de demarcação dos limites do rio Negro até Vila Bella, no Mato Grosso. Este mapa está ligado a um Diário de viagem escrito pelo próprio Almeida Serra. A recuperação desta ligação mapa-texto permite ampliar as informações contidas no primeiro.

Mapas como estes são pertinentes para a observação da natureza do passado em virtude da dependência de mapeadores, soldados, exploradores, missionários, homens de ciência dos agentes locais, indígenas ou ribeirinhos, práticos de terreno acima de tudo, para percorrer, navegar e sobreviver em um ecossistema complexo e incógnito, como o do Madeira-Mamoré. Se no passado estes atores sociais foram fundamentais para o conhecimento da natureza visando definir fronteiras, então balizadas pelos rios, como pode ser visto nas Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), no presente permanecem como vozes essenciais para o enfrentamento não de questão nacional, mas global. Sabe-se que  $\frac{1}{3}$  das áreas de alta biodiversidade, que impactam a vida por todo o globo, estão em terras habitadas por comunidades tradicionais e o que resta de biodiversidade em grande medida é devido às suas práticas de conhecimento e preservação<sup>43</sup>.

O alvo geográfico deste texto não foi um rio em particular, mas o ambiente aquático de um rio, o Laje atual. Isto se deu porque no contato com mapa e Diário foi possível chegar ao entendimento de que a natureza era percebida como relacional e assim deve ser abordada, para que o próprio texto jurídico dos Direitos da Natureza, mas também a concepção e atitude em relação à Natureza possa continuar se expandindo e renovando, priorizando outros corpos d'água, como cachoeiras e rios.

Mesmo diante de conclusões preliminares alcançadas com a incursão da metodologia da cartografia histórica na temática dos Direitos da Natureza, questões

---

<sup>43</sup> Cf artigos em The Conversation Brasil: <https://theconversation.com/sistemas-de-conhecimento-indigenas-devem-ser-admitidos-como-ciencia-essencial-a-biodiversidade-265730>  
<https://theconversation.com/guardias-da-biodiversidade-conhecimento-ancestral-e-praticas-sustentaveis-mostram-que-as-solucoes-para-a-perda-de-biodiversidade-estao-mais-proximas-do-que-imaginamos-246515>



não podem deixar de ser lançadas para iniciativas futuras, visando promover engajamento das populações e a produção de instrumentos políticos dialógicos com o poder público: as populações de um ambiente aquático como do rio Laje, diante do Mapa do Norte, reconheceriam hoje os seres fluviais discutidos neste texto? Estes seres ainda estão lá? Alguma lembrança destes seres ainda ecoa na oralidade local? Mapas históricos podem contribuir para que ecólogos, biólogos e geógrafos observem e recuperem antigos ecossistemas alterados pelo avanço predatório e exploratório da mineração, das hidrelétricas e das madeireiras? Mapas históricos podem ser dispositivos educativos e de reflexão na qual populações indígenas, ribeirinhos não indígenas, quilombolas, mulheres e os seres da natureza possam observar que eles sempre foram construtores de lugares e paisagens, porém silenciados nesse seu fazer pelo avanço do “povo da mercadoria”<sup>44</sup>? Como a cartografia participativa e a histórica podem trabalhar juntas neste sentido?

## 6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. 2022. “**Cartografía social en Brasil y en la América Latina: desafíos epistemológicos y metodológicos de mapeos contra hegemónicos de los espacios y territorios.**” Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 31 (1): P. 196-210. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v31n1.85221>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. In: Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus, UEA Edições, 2013, p. 157-173.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro, EDUFF,

BJORN SLETTTO, J. B; WAGNER, A and HALE, C. **Radical cartographies: participatory mapmaking from Latin America**. Austin, TX; University of Texas Press, 2020;

BUENO, B. P. S. **Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp, 2011.

---

<sup>44</sup> KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 4-7.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministérios das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, 1965. v.I e II.

CUVI, Nicolás et al. **Contribuciones a la historia ambiental de América Latina**.s.d

Memorias del X Simposio SOLCHA. Quito-Ecuador, FLACSO Ecuador, Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental, SOLCHA, 2022, p. 8.

DRUMMOND, José Augusto. “**Caminhos para a história ambiental - Ensaio sobre abordagens e fontes**”. HALAC - Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña 15, n.º 1, 2025, p. 452-484. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2025v15i1.p452-484>.

DYM, Jordana, y LOIS, Carla. “**Bound Images: Maps, Books, and Reading in Material and Digital Contexts**”. Word & Image 37, n.º 2 (2021): 124-142.

EDNEY Matthew H. **Cartography: The Ideal and Its History**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019, p. 26.

ESTADO DE RONDÔNIA - Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim. **Lei nº. 2.579/2023**. Disponível em [https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/2743/lei\\_2579.pdf](https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/2743/lei_2579.pdf).

FISCHER, Steven Roger. **Ilhas: de Atlântida a Zanzibar**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.

GALLERO, María Cecilia. “**Aportes de la cartografía histórica para una historia ambiental en Misiones, Argentina (1880-1980)**”. História: Debates e Tendências 16, n.º 1 (2016), p. 113-134, Disponível em <https://ojs.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6261/3766>.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, y GAUTREAU, Pierre, eds. **Mensurar la tierra, controlar el territorio: América Latina, siglos XVIII-XIX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

GIFFONI, Johny Fernandes et al. **Paradigma dos Direitos da Natureza**. In: Direitos da Natureza:marcos para a construção de uma teoria geral. São Leopoldo/RS, Casa Leiria, 2020.

GOMES, Inês, y FREIRE, Dulce. “**História e Ciências da conservação: caminhos que se cruzam para um futuro sustentável**”. HALAC - História Ambiental Latinoamericana y Caribeña 13, n.º 1, 2023, p. 246-261. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i1.p246-261>.

GOUDIE, Andrew S. “**Waterfalls: forms, distribution, processes and rates of recession**”. Quaestiones geographicae 39 (1), 2020, pp. 59-60.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo, Elefante, 2009; COHEN, Joshua B. et all. “Riverkin: seizing the moment to remake vital relations in the United Kingdom and beyond”. People & Nature, 5, 2023, 1877-1892. Disponível em: <https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/pan3.10534>; SANTOS,

HARLEY, J. B. “**The evaluation of early maps: toward a methodology**”. Imago Mundi, v.22, 1968, p.62-74.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.



KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

LOIS, Carla. **Mapas para la nación: Episodios en la historia de la cartografía argentina**. Buenos Aires, Biblos, 2014

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2010.

MIRAGLIA, Marina. **“Análisis de transformaciones ambientales de viñedos en Argentina (siglo XIX) mediante cartografía histórica y sistemas de Información Geográfica”**. In Contribuciones a la historia ambiental de América Latina. Memorias del X Simposio SOLCHA. Quito-Ecuador, FLACSO Ecuador, Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental, SOLCHA, 2022, p. 299-315.

MOURA, Denise A. S **“Montando as peças de um quebra-cabeças: dispersão de documentos visuais e informações em arquivos”**. Revista do Arquivo-Arquivo Público do Estado de São Paulo, VI, 2020, p. 78-89. Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/au/montando-as-pecas-de-um-quebra-cabecas-dispersao-de-documentos-visuais-e-informacoes-em-arquivos/>.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Tupi antigo. **Lingua indígena clássica do Brasil**. São Paulo, Global, 2013.

OFICIO, AHU, Vila Bella, 26 de julho de 1782, caixa 22, nº 1365.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”**. Novos Estudos CEBRAP, 79, nov. 2009, p. 71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=html&lang=pt>.

SERRA, Ricardo Franco d’Almeida. **“Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até villa Bella. 20 de agosto de 1790”**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, TOMO XX, 1857, p. 399-432.

SERGESTEIN, Joel et all. **“Silenced rapids and waterfalls: habitat loss and management of Bypassed reaches in the regulated rivers of Sweden”**. Water Resources Research. 62, 2026 Disponível em [https://doi.org/10.1029/](https://doi.org/10.1029/2025WR040752)

2025WR040752

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, 2005, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latino Americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

SOUZA, D. T. de, VAN TEIJLINGEN, K., BOELEN, R. and RUALES, G. 2025. “Seeing rivers otherwise: **Critical cartography as a form of critical pedagogy**”. Geoforum, 158, pp. 1-12. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/386398634\\_Seeing\\_rivers\\_otherwise\\_Critical\\_cartography\\_as\\_a\\_form\\_of\\_critical\\_pedagogy](https://www.researchgate.net/publication/386398634_Seeing_rivers_otherwise_Critical_cartography_as_a_form_of_critical_pedagogy)